

ANEXO AO BALANÇO E DR

2016

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade

CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA E FORMAÇÃO D. MANUEL TRINDADE SALGUEIRO

1.2 – Sede

Av. Manuel da Maia

3830 – 050 Ílhavo

1.3 – NIPC

500876894

1.4 – Natureza da atividade

A instituição foi registada no livro das Fundações de Solidariedade Social em 06/01/1983, sob o nº 1/83 e tem como atividade "Outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).

1.5 - Os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2009, face ao previsto no nº 2 do art.º3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- . Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- . Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- . Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- . Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- . Aviso nº 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos das demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Foi igualmente aplicado o custo de aquisição na rubrica dos inventários. A empresa utiliza o sistema de inventário intermitente, logo, só no final de cada exercício económico se conhece o valor das mercadorias em armazém por inventário direto e só depois se determina o custo global das saídas durante esse mesmo período.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	15 anos
Equipamento transporte	Entre 4 a 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 6 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem de benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando o Custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os critérios do mercado

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método de custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, comissões, prémios de produtividade, subsídios de risco, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	490,95
Depósitos à ordem	12	15 748,63

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos.

5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da ação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	31.12.2016	Adições	Rev	Abate	trans	31.12.2015
Despesas de instalação						
Ativo intangível bruto						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios Out. Construções	209 634,35					209 634,35
Equipamento básico	34.459,07			464,57		34 923,64
Equipamento transporte	0,00					0,00
Equipamento administrativo	21 949,50					21 949,50
Ferramentas e utensílios	0,00					0,00
Ativo tangível bruto	266 042,92			464,57		266 507,49
Depreciações acumuladas	258 306,23	1 445,58				257 325,25
Depreciações acumuladas	258 306,23	1445.58		464.57		257 325,22
Ativo tangível líquido	7 736,69					9 182,27
Ativo intangível líquido						

7 – INVENTÁRIOS

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2016			31-12-2015		
	Quant.bruta	Perd.Impar.	Q. líquida	Quant. bruta	Perd.Impar.	Q.líquida
Mercadorias	249,09		329,60	279,78		279,78
Total	249,09		329,60	279,78		279,78

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Mercadorias	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	279,78	329,60
Compras	5 803,77	14 660,24
Regularizações	0,00	0,00
Saldo Final	249,09	279,78
Gastos do exercício	5 834,46	14 710,06

8 - RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Vendas			
Prestação de serviços	67 849,25	71 831,00	-3 981,75
Sub., doações e legados à exploração	273 075,57	277 690,57	-4 615,00
Ganhos por aumentos justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	6 393,25	6 857,23	-464,98
Juros de depósitos bancários			
Total	347 318,07	356 378,80	-9.060,73

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 30 de Abril de 2017.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

11.2 – Clientes, fornecedores, outras contas a receber e a pagar, pessoal e empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas apresentavam a seguinte decomposição

Ativos e passivos correntes

Descrição	31.12.2016			31.12.2015			
	Ativos Fin.mens.ao custo	Perdas p/Imp acumulada	Total	Act.Fin.men s.ao custo.	Perdas p/Imp.acumu lada	Act.Fin. Reexp.	Total
Ativos							
Clientes	943,00		943,00	1 428,00			1 428,00
Adiant.a fornecedor							
4Out.contas receber	5 864,48		5 864,48	8 063,14			8 063,14
Total	6 807,48		6 807,48	9 491,14			9 491,14
Passivos							
Fornecedores	42 484,06		42 484,06	17 434,81			17 434,81
Out.contas pagar	51 681,02		51 681,02	51 660,64			51 660,64
Total passivo	94 165,08		94 165,08	69 095,45			69 095,45
Total líquido							

11.4 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários-Ativos		
Caixa	490,95	48,42
Depósitos à ordem	15 748,63	952,69
Outros depósitos bancários- Depósitos Prazo		
Total	16 239,58	1 001,11

12 – Benefícios de empregados

O número médio de empregados durante o ano de 2016 foi de 18 funcionários.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	
Encargos s/remunerações dos Órgãos Sociais	
Outros gastos	
Remunerações do Pessoal	233 343,33
Encargos s/remunerações do Pessoal	55 895,89
Outros gastos	2 799,80
TOTAL	292 039,02

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro acidentes de trabalho.

13 – Outras informações

13.1– Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 as dívidas existentes eram todas correntes, não existindo qualquer mora.